

EMBARGADO ATÉ AS 00:01 DO HORÁRIO DE GREENWICH, QUINTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2006

Receita para um Desastre

Será que a Rodada de Doha não conseguirá promover o desenvolvimento?

Com mais um prazo prestes a expirar, é cada vez menos provável que a Rodada de Doha de negociações comerciais resulte num acordo favorável para os países em desenvolvimento ainda este ano. Longe de garantir condições favoráveis para reformas que combatam a pobreza, os países em desenvolvimento estão sendo forçados a tentar apenas limitar seus prejuízos. A menos que o conteúdo das propostas em discussão mude radicalmente, nenhum acordo deverá ser assinado em 2006.

Resumo

Com mais um prazo prestes a expirar na Rodada de Doha de negociações comerciais, é cada vez menos provável que seus negociadores cheguem a um acordo favorável para os países em desenvolvimento ainda este ano. Após uma reunião ministerial inconclusiva em Hong Kong em dezembro de 2005, os países desenvolvidos continuam a oferecer muito pouco na área agrícola, embora exijam que os países em desenvolvimento abram seus mercados industriais e de serviços para a concorrência estrangeira.

Após desperdiçar diversos prazos ao longo dos anos, os membros e analistas da Organização Mundial do Comércio (OMC) estão dizendo agora que a data de expiração da "Autoridade de Promoção Comercial" dos Estados Unidos em 2007, seria a data final para a conclusão das negociações na OMC. Isso significa que será necessário ter pelo menos algumas propostas consolidadas até o fim deste mês (abril de 2006) e o restante até julho. No entanto, o acordo que está sendo definido nas negociações em curso poderia prejudicar ao invés de ajudar os países em desenvolvimento.

A menos que as propostas mudem, a Oxfam acredita que seria melhor para os países em desenvolvimento perderem o prazo atual e esperarem um pouco mais até que um novo conjunto de regras fosse definido. Nenhum prazo deveria ser inflexível a ponto de justificar a assinatura de um novo acordo comercial que irá atrapalhar o desenvolvimento. Embora uma rodada mais lenta signifique a prolongação dos desequilíbrios observados atualmente, ela poderia, pelo menos, impedir que a situação se tornasse ainda pior. Os países em desenvolvimento poderiam resistir até ter a garantia das reformas que lhes foram prometidas e, assim, não sacrificar seu desenvolvimento econômico no futuro.

Na **área agrícola**, que a maioria dos especialistas reconhece como sendo a chave para confrontar a pobreza, as propostas apresentadas até agora têm deixado a desejar. A análise da Oxfam revela que, se as propostas atuais da União Européia (EU) e EUA forem aceitas, eles poderão, na verdade, *umentar* seus gastos agrícolas distorcivos ao comércio, embora tenham anunciado cortes de 70 e 54 por cento nesses gastos, respectivamente. A proposta de eliminação dos subsídios a exportações até 2013 apresentada em Hong Kong foi bem recebida, mas esses subsídios correspondem a apenas 3,6 por cento dos gastos agrícolas da União Européia. As propostas atuais não garantem o fim das exportações em regime de *dumping*.

A proposta de acesso a mercados agrícolas apresentada pelos Estados Unidos tem sérias implicações para a segurança alimentar e os meios de vida, pois ela nega o direito dos países em desenvolvimento de defenderem produtos essenciais para a sobrevivência de agricultores que vivem em situação de pobreza. A proposta da União Européia isentaria muitos produtos exportados por países em desenvolvimento de reduções tarifárias, diluindo suas conquistas em termos de acesso a mercados.

Embora a reunião de Hong Kong tenha reafirmado o direito de países em desenvolvimento de protegerem alguns produtos crucialmente importantes para sua segurança alimentar ou para os meios de vida de seus agricultores, pesquisas indicam que serão necessárias medidas especiais

adicionais para impedir que a pobreza aumente em áreas rurais. Esse tratamento especial poderia ser ampliado com pequenas reduções nas conquistas de outros países na rodada de Doha.

Os países em desenvolvimento estão sendo solicitados a assinar um acordo de **Acesso ao Mercado para Produtos não Agrícolas** (NAMA) na OMC que desconsidera lições históricas. Em troca de avanços mínimos na área agrícola, eles estão sendo pressionados a abrir seus mercados industriais para a concorrência estrangeira de forma radical e permanente.

Temos abundantes provas históricas de que os países devem ter a prerrogativa de aumentar e diminuir suas tarifas diante de diferentes circunstâncias para poderem promover seu crescimento e industrialização positivamente. No entanto, as negociações em curso na OMC têm por objetivo eliminar essa flexibilidade.

Enquanto os negociadores concentram-se equivocadamente em fórmulas, nenhuma atenção está sendo dada às áreas nas quais os países em desenvolvimento poderiam se beneficiar. Embora sejam essenciais para garantir um resultado favorável ao desenvolvimento, as discussões em torno da regulação do uso de barreiras não-tarifárias e da eliminação de picos tarifários e da progressividade tarifária nos países desenvolvidos têm sido relegadas a um segundo plano.

Quando as negociações em torno dos **Serviços** foram lançadas, em 1994, havia a promessa de que os países em desenvolvimento teriam assegurada a flexibilidade necessária para levar em consideração seus níveis de desenvolvimento e os objetivos de suas políticas nacionais nessa área. As negociações deveriam se desenvolver com base num mecanismo de solicitação-oferta, mas, no último ano, os países em desenvolvimento passaram a sofrer pressões cada vez mais intensas para abrir seus mercados. Antes de apresentar ofertas, os países devem avaliar os possíveis custos e benefícios da liberalização, mas até o presente momento as negociações não garantiram um espaço adequado para que isso aconteça.

Embora a linguagem usada nos textos sobre serviços da OMC revele algum esforço para garantir o direito dos países em desenvolvimento de regular e prestar serviços universais em áreas importantes como a das telecomunicações, do saneamento ou da educação, o sistema pode, na prática, ser muito inflexível. O objetivo declarado de não tornar a regulação e outras restrições "mais onerosas do que necessário" tem sérias implicações para pessoas que vivem em situação de pobreza nos países em desenvolvimento.

Para piorar a situação ainda mais, as negociações sobre mobilidade da mão-de-obra, uma área na qual os países em desenvolvimento poderiam lucrar com a liberalização, não estão avançando porque os países ricos não estão dispostos a considerar a possibilidade de abrir seus mercados de trabalho para estrangeiros.

Um **pacote de desenvolvimento** mínimo foi apresentado aos países em desenvolvimento em Hong Kong. Esse pacote incluiu compromissos de ajuda para o comércio (*aid-for-trade*), acesso ao mercado isento de taxas aduaneiras e de cotas para países mais pobres (*DFQF*) e uma emenda

permanente no acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio). Esforços para prestar assistência comercial a países menos desenvolvidos são bem-vindos, mas o que foi acordado até agora não constitui um pacote suficientemente atraente para compensar as concessões propostas e os prejuízos provocados em outras áreas.

Há uma necessidade urgente de termos regras comerciais mais justas que beneficiem os países em desenvolvimento. No entanto, é muito improvável que as propostas atuais gerem esse resultado; na verdade, elas podem piorar as coisas ainda mais. A menos que os países ricos assumam uma postura diferente nas negociações em aspectos fundamentais e retirem muitas das demandas que estão fazendo aos países menos desenvolvidos, podemos não ter nenhum acordo neste ano que efetivamente ajude a reduzir a pobreza. Uma rodada ampliada que permita aos membros reafirmarem a primazia do desenvolvimento e impeça que os países pobres comprometam seu futuro com um acordo precipitado está cada vez mais parecendo ser a melhor opção.

Recomendações para um resultado favorável ao desenvolvimento

Agricultura

- Cortes mais profundos nos subsídios agrícolas distorcivos ao comércio concedidos pelos países ricos
- Melhores propostas de acesso ao mercado, sem demandas irrazoáveis de reciprocidade
- Eliminação de picos tarifários e da progressividade tarifária nos países ricos
- Disciplinas para a utilização de barreiras não-tarifárias
- Adoção de um Tratamento Especial e Diferenciado adequado que inclua Produtos Especiais e um mecanismo especial de salvaguarda eficiente para garantir a segurança alimentar, meios de vida seguros e o desenvolvimento rural
- Eliminação de todos os subsídios algodoeiros concedidos pelos Estados Unidos, em conformidade com a decisão do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC
- Adoção de um teto máximo para subsídios da Caixa Verde e uma revisão completa da Caixa Verde atual para garantir que seus subsídios não distorçam o comércio
- Disciplinas mais amplas para a Caixa Azul
- Novas regras para impedir o uso abusivo de ajuda humanitária alimentar como um mecanismo de dumping de excedentes de produtos primários
- Medidas para abordar a questão da erosão de preferências e o impacto de preços de alimentos mais altos para países que são importadores líquidos de alimentos

NAMA

- No mínimo, uma fórmula com coeficientes que garantam uma Reciprocidade Menos que Total, mas de preferência sem uma fórmula para os países em desenvolvimento, que deveriam adotar cortes médios
- Disciplinas para a utilização de barreiras não-tarifárias que incluam medidas anti-dumping (negociações sobre regras)
- Eliminação de picos tarifários e da progressividade tarifária nos países ricos
- Países que já consolidaram suas tarifas na OMC não devem ser solicitados a reduzir e consolidar tarifas nesta rodada. A consolidação deve ser considerada uma concessão em si

- Medidas para abordar a questão da erosão de preferências

Serviços

- Os países em desenvolvimento devem ter um tempo suficiente para fazer avaliações de impactos e consultar a sociedade civil
- Afirmação do direito de regular com base no interesse público antes de serem assumidos outros compromissos
- Adoção de medidas de salvaguarda emergenciais e de disposições de tratamento especial e diferenciado
- Resposta às demandas dos países em desenvolvimento por acesso a mercados de trabalho no Norte (Modalidade 4)
- Exclusão de serviços públicos essenciais e de compras governamentais dos compromissos de liberalização

Pacote de desenvolvimento

- *O mecanismo de acesso pleno ao mercado* com isenção de taxas aduaneiras e de cotas (DFQF) para países menos desenvolvidos implementado imediatamente, com regras de origem simplificadas
- Uma ajuda comercial adequada deve ser prestada, mas ela não deve estar condicionada à abertura de mercados

© Oxfam Internacional, abril de 2006

Este documento foi redigido por Amy Barry. A Oxfam agradece a Romain Benicchio, Jennifer Brant, Mark Fried, Matt Grainger, Duncan Green, Marita Hutjes, Shuna Lennon e Liz Stuart pela assistência prestada na sua produção. Ele faz parte de uma série de documentos elaborados para fornecer subsídios para debates públicos sobre políticas de desenvolvimento e humanitárias.

Seu texto pode ser usado gratuitamente para fins de advocacy, campanhas, educação e pesquisa, desde que a fonte seja reconhecida na íntegra. A titular dos direitos autorais solicita que todas as utilizações dessa natureza sejam registradas em seus arquivos para que ela possa avaliar seus impactos. Para cópias do documento em quaisquer outras circunstâncias, para seu uso em outras publicações ou para fins de tradução ou adaptação, será necessário solicitar a permissão da titular dos direitos autorais e poderá ser cobrada uma taxa. E-mail: publish@oxfam.org.uk.

Para obter mais informações sobre questões levantadas neste documento ou sobre a Campanha do Comércio com Justiça, favor enviar um e-mail para: brasil@oxfam.org.br ou visitar o site www.comercioconjusticia.com.

Este texto foi traduzido por Luiz Marcos Vasconcelos (Master Language), em Brasília.

A Oxfam Internacional é uma confederação de doze organizações que trabalham juntas em mais de 100 países no sentido de identificar soluções duradouras para a pobreza e a injustiça: Oxfam América, Oxfam Austrália, Oxfam na Bélgica, Oxfam Canadá, Oxfam Alemanha, Oxfam Grã-Bretanha, Oxfam Hong Kong, Intermón Oxfam (Espanha), Oxfam Irlanda, Oxfam Nova Zelândia, Oxfam Novib e Oxfam Quebec. Para obter mais informações, favor telefonar ou escrever para qualquer dessas agências ou visitar o site www.oxfam.org.

Escritórios de Advocacy da Oxfam Internacional:

Washington: 1100 15th St. NW, Ste. 600, Washington, DC 20005, Estados Unidos

Tel: +1.202.496.1545. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

Bruxelas: 22 rue de Commerce, 1000 Bruxelas, Bélgica

Tel: +322.502.0391. E-mail: luis.morago@oxfaminternational.org

Genebra: 15 rue des Savoises, 1205 Genebra, Suíça

Tel: +41.22.321.2371. E-mail: celine.charveriat@oxfaminternational.org

Nova Iorque: 355 Lexington Avenue, 3rd Floor, Nova Iorque, NY 10017, Estados Unidos

Tel: +1.212.687.2091. E-mail: nicola.reindorp@oxfaminternational.org

Tóquio: Oxfam Japan, Maruko-Bldg. 2F, 1-20-6, Higashi-Ueno, Taito-ku, Tóquio 110-0015, Japão

Tel/Fax: +81.3.3834.1556. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

<p>Oxfam América 26 West St. Boston, MA 02111-1206 Estados Unidos Tel: +1.617.482.1211 E-mail: info@oxfamamerica.org www.oxfamamerica.org</p>	<p>Oxfam Hong Kong 17/fl., China United Centre 28 Marble Road, North Point Hong Kong Tel: +852.2520.2525 E-mail: info@oxfam.org.hk www.oxfam.org.hk</p>
<p>Oxfam Austrália 156 George St. Fitzroy, Victoria 3065 Austrália Tel: +61.3.9289.9444 E-mail: enquire@caa.org.au www.oxfam.org.au</p>	<p>Intermón Oxfam (Espanha) Roger de Lluria 15 08010, Barcelona Espanha Tel: +34.902.330.331 E-mail: info@intermonoxfam.org www.intermonoxfam.org</p>
<p>Oxfam na Bélgica Rue des Quatre Vents 60 1080 Bruxelas Bélgica Tel: +32.2.501.6700 E-mail: oxfamsol@oxfamsol.be www.oxfam.be</p>	<p>Oxfam Irlanda <u>Escritório em Dublin</u>, 9 Burgh Quay, Dublin 2 Irlanda, Tel: +353.1.672.7662 <u>Escritório em Belfast</u>, 115 North St, Belfast BT1 1ND, Reino Unido, Tel: +44.28.9023.0220 E-mail: communications@oxfam.ie www.oxfamireland.org</p>
<p>Oxfam Canadá 250 City Centre Ave, Suite 400 Ottawa, Ontário, K1R 6K7 Canadá Tel: +1.613.237.5236 E-mail: info@oxfam.ca www.oxfam.ca</p>	<p>Oxfam Nova Zelândia PO Box 68357 Auckland 1032 Nova Zelândia Tel: +64.9.355.6500 (gratuito 0800 400 666) E-mail: oxfam@oxfam.org.nz www.oxfam.org.nz</p>
<p>Oxfam Alemanha Greifswalder Str. 33a 10405 Berlim Alemanha Tel: +49.30.428.50621 E-mail: info@oxfam.de www.oxfam.de</p>	<p>Oxfam Novib Mauritskade 9, Postbus 30919 2500 GX, Haia Países Baixos Tel: +31.70.342.1621 E-mail: info@oxfamnovib.nl www.oxfamnovib.nl</p>
<p>Oxfam Grã-Bretanha Oxfam House, John Smith Drive Cowley, Oxford, OX4 2JY, Reino Unido Tel: +44.1865.473727 E-mail: enquiries@oxfam.org.uk www.oxfam.org.uk</p>	<p>Oxfam Quebec 2330 rue Notre Dame Ouest, bureau 200 Montreal, Quebec, H3J 2Y2, Canadá Tel: +1.514.937.1614 E-mail: info@oxfam.qc.ca www.oxfam.qc.ca</p>